

Continua



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
 RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
 PORTO ALEGRE - RS
 CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104



b) Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

Passivo Circulante	2013	2012
ICMS	305.424,92	631.932,20
COFINS	288.806,02	949.043,20
PIS	62.701,30	206.042,27
Imposto de Renda e Contribuição Social	22.231.501,06	28.778.569,45
Outras Obrigações	1.981.028,63	1.849.143,79
TOTAL	24.869.461,93	32.414.730,91

NOTA 14 - Contingências

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com Possível Perda (Não Provisionados)	9.279.736,56	2.842.312,28	12.122.048,84
Processos com Provável Perda (Provisionados)	151.428,47	684.857,79	836.286,26
TOTAL	9.431.165,03	3.527.170,07	12.958.335,10

A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Inicial 2013	Reversões 2013	Adições 2013	Saldo Final 2013
Provisões Trabalhistas	148.549,38	-1.542.482,58	2.078.771,01	684.857,79
Provisões Cíveis	15.184,84	-203.917,39	340.161,02	151.428,47
TOTAL	163.734,20	-1.746.379,97	2.418.932,03	836.286,26

NOTA 15 - Transações com partes relacionadas

a) Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o Grupo Petróbrás S.A.:

Composição dos Saldos	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Circulante		
Contas a Receber BR Distribuidora	1.260.869,45	1.191.822,35
Contas a Receber Petróbrás	19.736.472,31	15.172.287,60
Passivo Circulante		
Fornecedor de Gás - Petrobras	93.863.108,09	72.774.112,60
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	28.446.682,42	30.142.979,41
Petróbrás S/A	206.763.397,00	182.891.115,26
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	570.074.617,18	415.192.761,91

b) Remuneração - Diretores e Conselhos de Administração e Fiscal:

	31/12/2013	31/12/2012
Administradores	422.313,10	411.743,40
Conselho de Administração	28.576,20	26.582,52
Conselho Fiscal	21.432,00	19.936,80
Total	472.321,30	458.262,72

NOTA 16 - Seguros

A Companhia contratou planos de seguros conforme quadro abaixo:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VALOR
Aliança Seguros	Predial	R\$ 5.900,00
Tokio Marine Seguradora	Veículos	R\$ 18.851,55
Ace Seguradora	Responsabilidade Civil	R\$ 40.426,76

NOTA 17 Take or Pay

O Take or Pay é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgás na condição de cliente) está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Petróbrás, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada em até 07 (sete) anos, desde que for registrado o valor R\$ 182.422,05 referente operação ocorrida no exercício de 2011.

NOTA 18 - Receitas e Custos de Construção

Conforme preceitos do ICPQ-01 e OCPQ-05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	2013	2012
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	32.616.447,54	25.368.689,31
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	32.616.447,54	25.368.689,31
MARGEM	0	0

NOTA 19 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos a Sulgás. O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra, e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível.
- Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.
- Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.
- Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

Roberto da Silva Tejedas
Diretor Presidente

Darío Etchichury Filho
Diretor de Administração e Finanças

Flávio Ricardo Soares de Soares
Diretor Técnico-Comercial

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS 84077

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS PORTO ALEGRE - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013; cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados e emitimos relatório datado de 04 de março de 2013, sem modificação na opinião.

Porto Alegre - RS, 28 de fevereiro de 2014.

TGB - AUDITORIA E CONSULTORIA S/S
CRC/RS - 3.622/O

ANTONINHO DA COSTA SOUZA
Contador CRC/RS-30.935/O-5
Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e a Demonstração das Mutações Patrimoniais, com as respectivas Notas Explicativas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Foram verificadas e avaliadas as proposições de destinação de resultados para pagamento de dividendos após constituição de Reserva Legal, que estão sendo encaminhadas pela Administração da SULGÁS à deliberação de Assembleia Geral Ordinária - AGO.

Nesse particular cabe destacar a recomendação da consultoria fiscal Paula Danyelle Almeida da Silva para futura constituição de reserva de Retenção de Lucros para Investimento, considerando o orçamento de capital já aprovado pela Administração da Companhia, sem prejuízo da constituição de dividendos para pagamento até o final do exercício de 2014, condicionado à existência de caixa para tal fim.

Tomando como base o parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, datado de 28 de fevereiro de 2014, e as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia ao longo do exercício, inclusive o conforto técnico sobre a destinação do resultado do período na forma de Dividendos sem prejuízo à estrutura financeira da SULGÁS, esse conselho é de opinião favorável quanto à aprovação dos mencionados documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou esta ata que, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Porto Alegre, 13 de março de 2014.

Paula Danyelle Almeida da Silva
Presidente do Conselho

Felipe Rispoli Leal
Membro do Conselho

Fabício Dias Loguercio
Membro Suplente do Conselho

Conselho de Administração

JOÃO LUIS DE MATOS - Presidente
Conselheiros ALEXANDRE BAHIA SANTIAGO - Vice-Presidente
 EDMAR DE ARRUDA MILANI JÚNIOR - Conselheiro
 ROBERTO DA SILVA TEJADAS - Conselheiro
 JOSÉ JORGE RODRIGUES BRANCO - Conselheiro
Diretoria ROBERTO DA SILVA TEJADAS - Diretor-Presidente
 DARIU ETCHICHURY FILHO - Diretor de Administração e Finanças
 FLÁVIO RICARDO SOARES DE SOARES - Diretor Técnico-Comercial

1292864

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS
 CNPJ Nº 92952043/0001-95

Convocamos os senhores acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 03.04.2014 às 14 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Praia de Belas, 1768, nesta Capital, para apreciar e deliberar sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1 - Eleição de membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, em substituição;
 - 2 - Indicação do Presidente e eleição do Vice-Presidente do Conselho de Administração;
 - 3 - Outros assuntos de interesse social.
- Porto Alegre, 26 de março de 2014.
 Márcio Rogério Pilger
 Vice-Presidente do Conselho de Administração.

1293557

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS
 CNPJ Nº 92952043/0001-95

Convocamos os senhores acionistas para a reunião de assembleia geral extraordinária, a realizar-se no dia 31.05.2007, às 09h30min, na sede social da Companhia, na Avenida Praia de Belas, 1768, nesta Capital, para apreciar e deliberar sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1 - Eleição de membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e fixação da respectiva remuneração;
 - 2 - Indicação do Presidente e eleição do Vice-Presidente do Conselho de Administração;
 - 3 - Outros assuntos de interesse social.
- Porto Alegre, 22 de maio de 2007.
 Paulo Roberto Maffessoni
 Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Padaria e Confeitaria
Mayertur Ltda

Extravio: A empresa Padaria e Confeitaria Mayertur Ltda, inscrita no CNPJ 06.285.194/0001-03, cito na Rua Os 18 do Forle, 955, Bairro Lurdes, Caxias do Sul - RS, torna público o extravio do bloco Nº M1, com a numeração das notas do número 126 até o número 150, no ano de 2009.

1293529

CURTIDORA ÁQUILA S.A.
 CNPJ Nº 89.716.179/0001-81
AVISO AOS ACIONISTAS
 Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede da Companhia, na Avenida Sete de Setembro, 517, bairro das Rosas em Estância Velha/RS, os documentos de que trata o art. 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Estância Velha/RS, 27 de março de 2014.
 Jacob Paulo Inimig - Diretor Presidente.

1293480

1293402